

NOTAS EXPLICATIVAS

A NESLO SANTA CATARINA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A, (“Empresa”) sediada na Rua 4500, 50, CASA bairro CENTRO, no município de Balneário Camboriu - SC, tem como objetivo principal o Outras sociedades de participação, exceto holdings.

As atividade secundárias são o aluguel de imóveis próprios, sendo este, a principal fonte de receita da Empresa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião com os diretores em 27 de março de 2025.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sobretudo a Normas Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) 1001 – Contabilidade para pequenas empresas e evidencia todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos ao seu valor recuperável quando aplicável.

A Empresa avaliou a capacidade de continuar suas operações em futuro previsível e as demonstrações foram preparadas de acordo com essa avaliação.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e, também, a sua moeda de apresentação.

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

2.3 Novas normas, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes.

NBC TG 03 (R3) – Demonstrações do Fluxo de Caixa

A revisão NBC 22, de 07 de dezembro de 2023, inclui os itens 44F a 44H e os títulos relacionados e os itens 62 e 63, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Acordos de financiamento de fornecedores

44F. A entidade deverá divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores (conforme descrito no item 44G) de forma a permitir que os usuários das demonstrações financeiras avaliem os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez.

44G. Os acordos de financiamento de fornecedores são caracterizados por um ou mais financiadores que se oferecem para pagar valores

NOTAS EXPLICATIVAS

que a entidade deve aos seus fornecedores e a entidade concorda em pagar, segundo os termos e as condições do acordo, na mesma data em que os fornecedores são pagos ou em uma data posterior. Esses acordos proporcionam à entidade prazos de pagamento estendidos ou pagamento antecipado aos fornecedores da entidade, em comparação à data de pagamento da respectiva nota fiscal. Os acordos de financiamento de fornecedores são frequentemente chamados de acordos de “forfait”, “confirming” ou “risco sacado. Os acordos que representam apenas melhoria de crédito para a entidade (por exemplo, garantias financeiras, incluindo cartas de crédito utilizadas como garantia) ou instrumentos utilizados pela entidade para liquidar diretamente com um fornecedor os valores devidos (por exemplo, cartões de crédito) não são acordos de financiamento de fornecedores.

44H. Para atender aos objetivos no item 44F, a entidade deve divulgar, de forma agregada, as seguintes informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores:

- 1) os termos e as condições dos acordos (por exemplo, prazos de pagamento estendidos e cauções ou garantias fornecidas). Entretanto, a entidade deverá divulgar separadamente os termos e as condições de acordos que tenham termos e condições diferentes.
- 2) no início e no encerramento do período de reporte:
- 3) os valores contábeis, e as rubricas associadas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores.
- 4) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (i) acima para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores.
- 5) a faixa de datas de vencimento (por exemplo, 30 a 40 dias após a data da nota fiscal) tanto dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (i) acima como das contas a pagar a fornecedores comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores. Contas a pagar a fornecedores comparáveis são, por exemplo, contas a pagar a fornecedores da entidade no mesmo setor de atuação ou jurisdição dos passivos financeiros divulgados de acordo com (i). Se as faixas de datas de vencimento de pagamento forem extensas, a entidade deverá divulgar informações explicativas sobre essas faixas ou divulgar faixas adicionais (por exemplo, faixas estratificadas).
- 6) o tipo e o efeito de alterações “não caixa” nos valores contábeis dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (b)(i). Exemplos de alterações “não caixa” incluem o efeito de combinações de negócios, variações cambiais ou outras transações que não requerem o uso de caixa ou equivalentes de caixa (ver item 43).

NBC TG 40 (R3) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação

A revisão NBC 22, de 07 de dezembro de 2023, inclui o item 44JJ e altera o item B11F do Apêndice B, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Data de vigência e transição

44JJ A Revisão NBC 22, aprovada pelo CFC em 7 de dezembro de 2023, que também alterou a NBC TG 03, alterou o item B11F. A entidade deverá aplicar essa alteração quando aplicar as alterações ao NBC TG 03.

Divulgações quantitativas do risco de liquidez (itens 34(a) e 39(a) e (b))

B11F Outros fatores que a entidade pode considerar ao fornecer a evidenciação requerida no item 39(c) incluem, mas não estão limitados a, se a entidade:

- (h) possui instrumentos que permitem à entidade escolher se liquida seus passivos por intermédio da entrega de caixa (ou outro ativo financeiro) ou pela entrega de suas próprias ações;
- (i) possui instrumentos que são sujeitos a contratos master de liquidação; ou
- (j) acessou, ou tem acesso, a linhas de crédito conforme acordos de financiamento de fornecedores (conforme descrito no item 44G do NBC TG 03) que proporcionam à entidade prazos de pagamento estendidos ou pagamento antecipado aos fornecedores da entidade.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Quando existem fatos e informações novos, pode ser necessário que se alterem as estimativas anteriormente feitas, como é o caso de mudança na vida útil de um imobilizado. Nesse caso, os efeitos dessa mudança de estimativa se dão apenas prospectivamente, ou seja, do resultado do exercício para a frente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Empresa reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Perdas esperadas de crédito

As perdas esperadas de crédito de contas a receber e outras contas a receber, advém da possibilidade da Empresa não receber valores decorrentes de operações de vendas, sendo que a definição do critério utilizado para apuração da referida provisão está divulgada na Nota explicativa 6.

Redução ao valor recuperável

Nas hipóteses em que o valor contábil de item relevante do ativo imobilizado ou intangível não puder, notoriamente, ser parcial ou totalmente recuperado por meio da venda (líquida das despesas de venda) ou uso do respectivo item, a Empresa contabiliza a perda estimada correspondente. Essa avaliação é realizada ao final de cada exercício social.

No caso de retorno à condição de recuperabilidade de seu saldo contábil, a perda anteriormente reconhecida é revertida para o resultado.

Vida útil dos ativos imobilizados

A vida útil do ativo imobilizado e a depreciação se inicia quando ele está disponível para uso e termina quando ele é baixado ou tenha sido totalmente depreciado.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme Nota explicativa 7.

Política contábil

Classificação

A Empresa classifica seus ativos ou passivos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado;

NOTAS EXPLICATIVAS

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de instrumentos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o instrumento. Os instrumentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber ou a obrigação de pagar os fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração inicial e subsequente

No reconhecimento inicial, a Empresa mensura um instrumento financeiro ao método de custo amortizado valor original mais despesas ou receitas financeiras reconhecidas pelo regime de competência.

Quando o ativo ou o passivo financeiro é reconhecido, a entidade deve mensurá-lo pelo seu custo, ou seja, pelo valor original da transação e gastos diretamente relacionados à aquisição (por exemplo, emolumentos e taxas de corretagem). Para valores a receber e a pagar originados de transação comercial com prazo igual ou inferior a um ano, não há necessidade de desconto a valor presente. Para valores a receber e a pagar superiores a um ano, a entidade deverá contabilizar o ativo ou o passivo com base no valor à vista, descontando-o a valor presente.

Um ajuste para perdas de crédito é reconhecido quando a entidade identifica situações em que não espera mais receber, totalmente ou parcialmente, o montante a que tem direito, com base no conceito de perda esperada (e não apenas de perda incorrida). Esse ajuste é realizado por meio de conta retificadora do saldo do ativo financeiro. Esse ajuste reduz o resultado contábil do exercício em que foi contabilizado.

Em exercícios subsequentes, o ajuste é ser revertido caso a entidade identifique que a perda esperada tenha diminuído ou desaparecido. O valor da reversão é contabilizado como receita do exercício em que for identificada a redução da perda anteriormente contabilizada.

Os ativos e passivos financeiros são ajustados como decorrência de qualquer indicador legal ou contratual aplicável, como variação cambial ou índice de preços, em contrapartida ao resultado financeiro.

| | <u>Nota</u> | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
|------------------------------|-------------|-------------------|-------------------|
| Ativos financeiros | | | |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | | 184.280,60 | 810.208,85 |
| | | <u>184.280,60</u> | <u>810.208,85</u> |
| Passivos financeiros | | | |
| FORNECEDORES NACIONAIS | | 1.642,36 | 1.756,87 |
| | | <u>1.642,36</u> | <u>1.756,87</u> |

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS

| | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
|---------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| BANCOS CONTA MOVIMENTO | 0,00 | 1,00 |
| APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA | 184.280,60 | 810.207,85 |
| | <u>184.280,60</u> | <u>810.208,85</u> |

(a) as aplicações financeiras correspondem às aplicações em Fundos de Investimento administrados pelo mesmo banco – conta movimento (ou não), registrados inicialmente pelos valores efetivamente aplicados, com liquidez diária, indexados ao CDI e com rendimentos de 100% a.a. em 2023 e 100% a.a. em 2024.

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela contraprestação de arrendamento de terras, classificadas como Propriedade para Investimentos, no curso normal das atividades da Empresa.

A Empresa mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadas fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são reconhecidas mensuradas pelo custo amortizado e, subsequentemente avaliadas com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das para perdas esperadas de crédito.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Empresa efetua uma avaliação individual com base prospectiva de cada cliente com saldo em aberto (vencido ou a vencer) e reconhece uma perda esperada de crédito nos montantes considerados de difícil recebimento. Durante os exercícios de 2023 e 2024 não foram identificadas perdas esperadas de crédito.

A Empresa contabiliza as receitas do arrendamento no resultado em base linear ao longo do período do arrendamento, considerando o prazo contratualmente estabelecido, a não ser quando forem efetivamente variáveis (como percentual da venda etc.).

O efeito de quaisquer alterações no valor dos pagamentos deverá ser contabilizado a partir do exercício da alteração.

| | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
|------------------------------|------------------------|--------------------------|
| Adiantamentos a Fornecedores | 1.450,00 | 1.450,00 |
| Termo de Parceria 500m2 | 0,00 | 243.786,39 |
| | <u>3.937,76</u> | <u>245.289,79</u> |

| | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
|----------------------|------------------------|---------------------|
| TRIBUTOS A RECUPERAR | 2.487,76 | 53,40 |
| | <u>2.487,76</u> | <u>53,40</u> |

NOTAS EXPLICATIVAS

| | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
|-----------------|------------------|-----------------|
| MUTUO MA FER OL | 13.047,37 | 7.888,63 |
| | <u>13.047,37</u> | <u>7.888,63</u> |

| | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
|----------|-------------|------------------|
| ESTOQUES | 0,00 | 87.788,41 |
| | <u>0,00</u> | <u>87.788,41</u> |

Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição deduzido o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

As receitas e as respectivas despesas de operações eventuais ao longo da construção ou desenvolvimento de item de ativo imobilizado são reconhecidas no resultado caso essas operações não sejam necessárias para colocar o item no seu local pretendido e em condições de operação.

Depreciação

A depreciação do ativo se inicia quando ele está disponível para uso e termina quando ele é baixado ou tenha sido totalmente depreciado. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue (média ponderada):

| | <u>Vida útil estimada (em anos)</u> |
|-----------------------------|-------------------------------------|
| Terrenos | Sem vida útil definida |
| Equipamentos de informática | 5 |

A depreciação de cada exercício é reconhecida como despesa no resultado, a não ser quando alocada ao custo de construção de outro ativo, ou seja, como parte do custo de estoque em produção ou imobilizado em construção.

Redução ao valor recuperável

Nas hipóteses em que o valor contábil de item relevante do ativo imobilizado não puder, notoriamente, ser parcial ou totalmente recuperado por meio da venda (líquida das despesas de venda) ou uso do respectivo item, a Empresa contabiliza a perda estimada correspondente. Essa avaliação é realizada ao final de cada exercício social.

No caso de retorno à condição de recuperabilidade de seu saldo contábil, a perda anteriormente reconhecida é revertida para o resultado.

A movimentação do período é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS

Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

| | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
|---|-------------------------|--------------------------|
| FORNECEDORES NACIONAIS | 1.642,36 | 1.756,87 |
| | <u>1.642,36</u> | <u>1.756,87</u> |
| | | |
| | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
| IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER | 9.573,40 | 10.395,19 |
| TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER | 384,38 | 380,66 |
| | <u>56.240,46</u> | <u>62.039,38</u> |
| | | |
| TRIBUTOS ATRASADOS OU PARCELADOS | | |
| | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
| (-) Juros a Apropriar | -4.980,84 | -17.882,88 |
| Parcelamento Tributos Federais | 51.263,52 | 69.146,41 |
| | <u>46.282,68</u> | <u>51.263,53</u> |
| | | |
| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PRIVIDENCIÁRIAS | | |
| | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
| INSS a Recolher | 1.853,54 | 1.987,18 |
| IRRF Sobre FOPAG | 52,44 | 57,18 |
| | <u>1.905,98</u> | <u>2.044,36</u> |
| | | |
| | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
| CONTAS A PAGAR | 11.946,56 | 11.946,56 |
| | <u>11.946,56</u> | <u>11.946,56</u> |
| | | |
| Obrigações tributarias parceladas, prazo de 36 meses, apropriações de juros mensal. | | |
| | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
| TÍTULOS A PAGAR | 0,00 | 480.000,00 |
| | <u>0,00</u> | <u>480.000,00</u> |

NOTAS EXPLICATIVAS

| | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
|---------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| IMPÓSTOS E CONTRIBUIÇÕES | 67.341,16 | 23.048,80 |
| (-) Encargos s/ Parcelamento Federais | -29.412,40 | -5.960,96 |
| | <u><u>37.928,76</u></u> | <u><u>17.087,84</u></u> |

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Empresa em 31 de dezembro de 2023 e 2024 é de R\$ 222.127,00, composto por 100% quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Reserva de Lucros

Em 31 de dezembro de 2023 a reserva de lucros acumulados da Empresa foi de R\$ 17.874,79.

Em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e o Estatuto Social da empresa, foi atingido o limite de 20% da reserva de lucros, correspondente ao valor de R\$ 44.425,40 no ano 2024.

A reserva de lucros foi constituída com o objetivo de explicar o objetivo da reserva, como assegurar a continuidade das operações, fortalecer a estrutura de capital, financiar investimentos, entre outros, em conformidade com as necessidades financeiras da companhia e a sua estratégia de crescimento.

A empresa mantém essa reserva em conformidade com os limites previstos pela legislação, com o intuito de proporcionar maior solidez financeira e garantir a geração de recursos para futuras necessidades de investimentos e/ou distribuição de dividendos.

A constituição da reserva de lucros reflete a boa gestão da empresa, que visa preservar sua capacidade financeira e atender às exigências regulatórias, bem como garantir a estabilidade a longo prazo.

Lucros acumulados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, os lucros acumulados da Empresa foram de R\$ 104.835,62 e R\$ 460.035,16, respectivamente.

Distribuição de lucros

Durante os exercícios de 2024 foram distribuídos, compensados e/ou creditados, os lucros aos sócios no montante de R\$ 146.809,71, como consta as cotas em contrato social.

NOTAS EXPLICATIVAS

Política contábil

A receita operacional da Empresa é de aluguel de imóveis a terceiros e venda de imóveis próprios.

A receita operacional líquida é mensurada pelo valor de mercado da contraprestação recebida ou a receber, o que desconsidera o valor de qualquer desconto comercial, desconto financeiro por pagamento antecipado a terceiros, descontos e abatimentos por volume concedidos pela entidade, tributos sobre receitas e sobre o valor adicionado. A Empresa não inclui na receita valores coletados em nomes de terceiros, como na forma de recebimentos por conta de serviços a serem prestados por terceiros.

Arrendamentos

A receita de aluguel e venda de imóveis próprios. é contabilizada no resultado em base linear ao longo do período, considerando o prazo contratualmente estabelecido, a não ser quando forem efetivamente variáveis (como percentual da venda etc.). O efeito de quaisquer alterações no valor dos pagamentos é contabilizado a partir do exercício da alteração.

O ativo imobilizado é contabilizado conforme a sua natureza, de forma segregada dos demais elementos que integram esses grupos. Os custos relacionados ao ativo arrendado, incluindo a depreciação ou amortização, são reconhecidos no resultado.

| Mercado interno | 2023 | 2024 |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS | 385.812,00 | 383.708,28 |
| Receita Bruta | 385.812,00 | 383.708,28 |

(-) IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS

| | | |
|------------|-----------|-----------|
| (-) PIS | 2.507,78 | 2.494,10 |
| (-) COFINS | 11.574,36 | 11.511,25 |

| | | |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita operacional líquida | 330.460,08 | 369.702,94 |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|

| Mercado interno, receitas operacionais diversas | 2023 | 2024 |
|--|-------------|---------------------|
| Outras Receitas | 0,00 | 1.000.000,00 |
| Receita Bruta | 0,00 | 1.000.000,00 |

| | | |
|-------------------|------|-----------|
| (-) PIS Outras | 0,00 | 6.500,00 |
| (-) COFINS Outras | 0,00 | 30.000,00 |

| | | |
|------------------------|-------------|-------------------|
| Receita Líquida | 0,00 | 963.500,01 |
|------------------------|-------------|-------------------|

NOTAS EXPLICATIVAS

| | 2023 | 2024 |
|------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Depreciações | -11.240,28 | -11.240,28 |
| DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES | -11.240,28 | -11.240,28 |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | | |
| DESPESAS COM PESSOAL | -58.887,92 | -92.348,96 |
| DESPESAS GERAIS | -13.956,43 | -594.810,67 |
| | -72.844,35 | -691.079,85 |
| DESPESAS TRIBUTÁRIAS | | |
| CONTRIBUIÇÕES IMPOSTOS E TAXAS | -169.169,52 | -60.243,67 |
| | -169.169,52 | -60.243,67 |

Houve um aumento significativo na conta das despesas gerais devido a provisão para despesas futuras.

A provisão para despesas futuras é um passivo de valor estimado, que é reconhecido na despesa quando a empresa tem uma obrigação presente (seja legal ou implícita) resultante de um evento passado, e é provável que a saída de recursos (geralmente dinheiro) seja necessária para liquidar essa obrigação.

Essa **provisão para despesas futuras** está regulada pelas **Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC)**, especificamente pela **NBC TG 25** (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), que segue os princípios e diretrizes estabelecidas pelo **CPC 25** (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

Política contábil

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são calculadas e reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros ao valor contábil bruto de um ativo ou passivo financeiro exceto para ativos ou passivos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito.

As receitas e despesas financeiras incorporam, além dos juros, as variações cambiais, variações monetárias e outras receitas ou despesas decorrentes de captação e aplicação de recursos financeiros, ou outros ativos e passivos ajustados a valor presente.

No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

| | 2023 | 2024 |
|-------------------------------------|------------------|-------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Receitas Aplicações Mercado Aberto | 309,43 | 69.459,34 |
| | 309,43 | 69.459,34 |
| Despesas financeiras | | |
| Despesas Bancárias Diversas | -1.323,35 | -540,00 |
| Juros Pagos ou Incorridos | -211,11 | -42.832,27 |
| | -1.534,46 | -43.372,27 |
| Resultado financeiro líquido | -1.225,03 | 26.087,07 |

NOTAS EXPLICATIVAS

Política contábil

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor (opção pelo lucro presumido) ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

| | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Receita bruta sujeita ao percentual de 32% | 385.812,00 | 383.708,28 |
| Resultado da aplicação dos percentuais sobre a receita bruta | 123.459,84 | 122.786,65 |
| Rendimentos de aplicação financeira líquidos | 1.608,21 | 69.459,34 |
| Base de cálculo para os impostos | 125.068,05 | 192.245,99 |
| Imposto de renda (15%) | -18.760,21 | -28.836,90 |
| Adicional de imposto de renda (10%) sobre o excedente de R\$ 240.000 no ano | 11.493,20 | 4.775,40 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido (9%) | -11.256,12 | -17.302,14 |

| | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
|---|-------------|---------------------|
| Receita bruta sujeita ao percentual de 8% IRPJ e 12% CSLL | 0,00 | 1.000.000,00 |
| Resultado da aplicação dos percentuais sobre a receita bruta IRPJ | 0,00 | 80.000,00 |
| Resultado da aplicação dos percentuais sobre a receita bruta CSLL | 0,00 | 120.000,00 |
| Base de cálculo para os impostos | 0,00 | 80.000,00 |
| | 0,00 | 120.000,00 |

| | | |
|---|------|------------|
| Imposto de renda (15%) + Adicional de imposto de renda (10%) sobre o excedente de R\$ 240.000 no ano. | 0,00 | -15.327,53 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido (9%) | 0,00 | -10.800,00 |

Imposto de renda e contribuição social corrente sobre as receitas. **-30.016,34** **-77.041,96**

Política contábil

Provisões são obrigações presentes (passivos) com prazo e/ou valor incertos. Obrigações por disputas tributárias, cíveis, trabalhistas, bem como aquelas decorrentes de garantias, entre outras, são alguns exemplos de provisões.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, por meio de aplicação de uma taxa de desconto acrescida dos efeitos de impostos sobre o lucro, que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do

NOTAS EXPLICATIVAS

dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é contabilizado como despesa financeira.

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Passivo contingente é uma obrigação possível, ou seja, com probabilidade de não desembolso maior do que a de desembolso.

A Empresa não possui ações envolvendo risco de perda classificado pela Administração como possível em 31 de dezembro de 2023 e 2024.

É considerado ativo contingente o ativo cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da Empresa. A divulgação de ativo contingente relevante é exigida quando a entrada de benefícios econômicos for provável. Quando o fluxo de recebimento futuro for praticamente certo, o ativo deixa de ser ativo contingente e seu reconhecimento é apropriado.

A Empresa não possui ativos classificados pela Administração como possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2023 e 2024.

Política contábil

Eventos subsequentes ao exercício a que se referem as demonstrações contábeis são aqueles eventos, favoráveis ou desfavoráveis, considerados relevantes e que ocorrem entre a data das demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Existem dois tipos de eventos:

- (a) aqueles que evidenciam condições que já existiam na data de encerramento do exercício (eventos que geram ajustes após o encerramento desse exercício); e
- (b) aqueles que são indicadores de condições que surgiram após o encerramento do exercício (eventos que não geram ajustes após o encerramento desse exercício).

Após o encerramento do balanço em 31 de dezembro de 2024 até a data de aprovação das dessas demonstrações em 01 de Abril de 2025, não houve nenhum evento subsequente relevantes capazes gerar ou não, ajustes contábil.

Política contábil

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor (opção pelo lucro presumido) ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

NOTAS EXPLICATIVAS

| | 2023 | 2024 |
|---|-------------------|-------------------|
| Receita bruta sujeita ao percentual de 32% | 385.812,00 | 383.708,28 |
| Resultado da aplicação dos percentuais sobre a receita bruta | 123.459,84 | 122.786,65 |
| Rendimentos de aplicação financeira líquidos | 1.608,21 | 69.459,34 |
| Base de cálculo para os impostos | 125.068,05 | 192.245,99 |
| Imposto de renda (15%) | -18.760,21 | -28.836,90 |
| Adicional de imposto de renda (10%) sobre o excedente de R\$ 240.000 no ano | 11.493,20 | 4.775,40 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido (9%) | -11.256,12 | -17.302,14 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | -30.016,34 | -77.041,96 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | - | - |

Política contábil

Provisões são obrigações presentes (passivos) com prazo e/ou valor incertos. Obrigações por disputas tributárias, cíveis, trabalhistas, bem como aquelas decorrentes de garantias, entre outras, são alguns exemplos de provisões.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, por meio de aplicação de uma taxa de desconto acrescida dos efeitos de impostos sobre o lucro, que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é contabilizado como despesa financeira.

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Passivo contingente é uma obrigação possível, ou seja, com probabilidade de não desembolso maior do que a de desembolso.

A Empresa não possui ações envolvendo risco de perda classificado pela Administração como possível em 31 de dezembro de 2023 e 2024.

É considerado ativo contingente o ativo cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da Empresa. A divulgação de ativo contingente relevante é exigida quando a entrada de benefícios econômicos for provável. Quando o fluxo de recebimento futuro for praticamente certo, o ativo deixa de ser ativo contingente e seu reconhecimento é apropriado.

A Empresa não possui ativos classificados pela Administração como possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2023 e 2024.

Política contábil

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor (opção pelo lucro presumido) ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

NOTAS EXPLICATIVAS

| | <u>2023</u> | <u>2024</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Receita bruta sujeita ao percentual de 32% | 385.812,00 | 383.708,28 |
| Resultado da aplicação dos percentuais sobre a receita bruta | 123.459,84 | 122.786,65 |
| Rendimentos de aplicação financeira líquidos | 1.608,21 | 69.459,34 |
| Base de cálculo para os impostos | 125.068,05 | 192.245,99 |
| Imposto de renda (15%) | -18.760,21 | -28.836,90 |
| Adicional de imposto de renda (10%) sobre o excedente de R\$ 240.000 no ano | 11.493,20 | 4.775,40 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido (9%) | -11.256,12 | -17.302,14 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | -30.016,34 | -77.041,96 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | - | - |

MONROE FABRICIO OLSEN
Diretor
CPF: 000.437.519-03

ARIANE CRISTINAERTHAL
CRC: 1-PR-037802/O-7 - Contador
CPF: 872.335.179-91